O livro didático como mercadoria - 1990 a 2003

Dario Alberto de ANDRADE FILHO
(Mestrando em História – Universidade de Brasília)

O estudo de livros didáticos no Brasil passou por profundas modificações ao longo das últimas décadas. No final da década de 1970 e ao longo de boa parte dos anos 1980, a preocupação se circunscrevia à uma análise ideológica dos livros didáticos de história, isto é, em que medida seriam, para adotar o conceito de Althusser, aparelhos ideológicos do Estado, a serviço de uma classe dominante. A partir de publicações mais recentes, marcadamente a partir da década de 1990, há uma transição para um outro viés, que privilegia, sobretudo, o conteúdo abordado nos livros didáticos de história.

O aspecto mercantil do livro didático, no entanto, freqüentemente, é negligenciado. Observa-se, no entanto, que não é possível deixá-lo de lado quando se aborda as obras didáticas.

A participação do livro didático é cada vez mais importante em um mercado editorial que se

encontra em retração. De acordo com o relatório *Produção e vendas do setor editorial brasileiro*, elaborado pela Câmara Brasileira do Livro, "O mercado brasileiro de livros apresentou – seguindo tendência que vem sendo mostrada pela pesquisa desde 1999 – retração no número de exemplares vendidos em 2003."[2]

Os livros didáticos, entretanto, constituíram-se, nesse ano, na maior parcela do produzido pelo mercado editorial brasileiro. De um total de 299.400.000 de exemplares, 187.300.000 eram didáticos, sendo 79.300.000 comprados pelo mercado e 108.000.000 adquiridos pelo Governo. Em termos percentuais, isso significa que os livros didáticos representaram, em 2003, 63% do mercado editorial.

Comparativamente, em 1990, foram editados 212.206.409 milhões de livros, sendo que os didáticos eram 72.847.992[3]. Naquele ano, os didáticos foram responsáveis por 34% do mercado. Se analisarmos um ano intermediário entre esses dois pólos, por exemplo, 1996, ver-se-á que foram produzidos 376.747.137 milhões de exemplares. Desses, 280.586.270 eram didáticos[4]. Ou seja, 74% do mercado editorial brasileiro. Esses números mostram que as editoras são altamente dependentes do livro didático, que constitui a maior parte do que é vendido pelo mercado editorial.

Essa informação é importante, ainda, quando se observa que as compras governamentais são significativas quando se trata de livros didáticos. Caso se observe o relatório de 2003, da Câmara Brasileira do Livro[5], foram produzidos 187.300.000 livros didáticos. Desses, 108.000.000 foram produzidos para o Governo, por meio do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático. Ou seja, as compras governamentais representaram 57% do produzido. Se considerarmos o vendido, os números favorecem ainda mais o Governo. Dos 157.000.000 exemplares vendidos, o Governo adquiriu integralmente os 108.000.000 que encomendara, enquanto no mercado privado, dos 79.300.000 de exemplares produzidos, houve um encalhe de 30.000.000 de exemplares.

[2] Câmara Brasileira do Livro. Produção e vendas do setor editorial brasileiro. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2003, p. 1

[3] Câmara Brasileira do Livro. Diagnóstico do setor editorial brasileiro: pesquisa anual. 1990. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, p. 10.

[4] Câmara Brasileira do Livro. Diagnóstico do setor editorial brasileiro: pesquisa anual. 1996. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, p. 8.

[5] Câmara Brasileira do Livro. Produção e vendas do setor editorial brasileiro. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2003, p. 4.

Apesar, é verdade de o faturamento para o mercado ser maior – R$ 830.000.000 – do que o Governo – R$ 436.630.000,00 – esse último se caracteriza por ser um comprador mais seguro.

Ainda de acordo com o relatório da CBL[6],

> O número de exemplares de livros didáticos vendidos ao mercado em 2003 caiu 8% em relação a 2002. A queda nas vendas vem ocorrendo desde 1998, revelando uma tendência de encolhimento do mercado para esse subsetor.
>
> Os principais motivos que levam a essa queda têm sido recorrentemente apontados pela pesquisa nesses últimos 6 anos. Entre eles, está a constante redução do poder aquisitivo, que acarreta uma série de conseqüências nesse mercado, tais como o aumento da reutilização e empréstimo de livros e a queda do número de alunos matriculados em escolas particulares. O crescimento dos sistemas de ensino, cujo material didático é editado por eles mesmos e não pelas editoras de livros didáticos, também contribui para o encolhimento das vendas.
>
> Apesar das perdas constantes em relação ao mercado, o subsetor didáticos foi o que apresentou o melhor resultado dentro do setor editorial neste ano [2003] **graças às vendas ao governo** [grifo nosso].

Apesar do alerta da Câmara Brasileira do Livro, os livros didáticos continuam a constituir a maior parte do mercado editorial e a sua queda não se deve à diminuição de compras por parte do governo, mas à retração do mercado privado.

O Estado, então, ao ser o maior comprador direciona aquilo que deseja comprar. Diante disso, a importância dos Parâmetros Curriculares e do Programa Nacional do Livro Didático. A adequação ao exigido pelo Governo, pode significar a diferença entre lucro e prejuízo para uma editora.

Assim, em termos de mercado, o livro didático é o grande filão das editoras. De acordo com Décio Gatti Júnior.[7] "em 1996, os livros escolares representaram 61% dos exemplares vendidos e 55% do faturamento do setor [editorial]".

Em um mercado bastante modesto, em que poucos são os *best-sellers*, edições de apenas 3 mil exemplares são consideradas significativas e o público leitor é bastante reduzido, existe uma proeminência, portanto do livro didático.

> A disparidade de suas cifras em relação às demais editoras é imensa: em 1987[8], enquanto a tiragem média da Record, que

[6] Ibidem, p. 4.

[7] GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da História*: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: Edusc; Uberlândia: Edufu, 2004, p. 26.

[8] Apesar de os dados apresentados por Munakata se referirem há quase vinte anos, os dados mais recentes apresentados corroboram as suas afirmações.

> tem como sua principal fatia o mercado nada desprezível de best-sellers era de 9.948 exemplares por título, as da Editora do Brasil, da Ática e da Saraiva, todas atuando na área de didáticos, foram respectivamente, 35.133, 29.322 e 25.680 (...) De acordo com José Olavo Dutra, diretor do Sindicato dos Empregados em Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais de São Paulo (SEEL), as oito maiores editoras brasileiras dedicam-se basicamente a didáticos e concentram cerca de 70% dos trabalhadores do setor editorial"[9].

Como observa Gatti Júnior[10], "ao final da década de 1990 podia-se perceber que as estratégias de divulgação das editoras estavam tornando-se bastante agressivas, porque não bastava apenas ter os melhores produtos, sendo preciso, também viabilizar que este produto chegasse ao conhecimento dos professores".

Esse lado mercantil foi muito pouco observado nas análises sobre o livro didático, que procuraram se fundar na análise de conteúdo das obras didáticas. Além disso, como afirmado, o

[9] MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 277

[10] GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da História*: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: Edusc; Uberlândia: Edufu, 2004. p. 223.

mercado do livro didático se tornou dependente do Estado. Assim,

> Divulgar bem os livros didáticos de seu catálogo era condição para a boa colocação de uma editora no mercado. Sendo assim, não só os livros eram distribuídos gratuitamente aos professores, para que pudessem conhecê-los, como também existiam as chamadas casas do professor, montadas e custeadas pelas editoras nas maiores cidades brasileiras e que prestavam um atendimento in loco para os professores. Eram, de fato, milhares de livros distribuídos anualmente[11]

Na medida em que o público que indica o que deve ser comprado – os professores – escolhem o que desejam como material didático, é impossível deixar de observar que as editoras mantêm os olhos voltados tanto para o mercado que indica o que deve ser comprado, quando para o Governo Federal, que analisa e avalia os livros didáticos produzidos pelas editoras.

Não se pode, pois, deixar de verificar que a orientação do Governo Federal nas suas compras influencia a confecção dos livros didáticos e, inclusive, nos conteúdos que são incluídos ou não dentro de uma obra didática.

[11] Ibidem, p. 226.

Assim, como observa Munakata[12],

> Mercadoria, o livro precisa adaptar-se à demanda. Se a ventura sopra a favor das reivindicações democráticas, progressistas e até mesmo esquerdistas; e se isso se traduz, na disciplina de História, na valorização de abordagens que presumivelmente propiciem a 'reflexão', a 'crítica', a 'conscientização' e a 'promoção da cidadania', a empresa capitalista que produz livros a esse respeito prefere atender a essa demanda do que permanecer fiel á sua suposta 'ideologia'. Ou melhor, o mercado é a própria ideologia dessas empresas.

Os livros didáticos, então, adaptaram-se às exigências que o principal mercado comprador foi fazendo às editoras ao longo das décadas de 1980 e 1990. Assim, o produto livro didático produzido a partir do momento da institucionalização de programas governamentais de compras de livros didáticos impôs mudanças ao mercado editorial.

Recorrendo novamente a Munakata[13],

> Essa renovação não contou apenas com a incorporação, nos livros didáticos, de 'novos problemas, novas abordagens, novos objetos' propostos pela chamada 'Nova História'. Ou melhor, para que isso se tornasse possível, as próprias editoras reorganizaram o processo de trabalho, consolidando-se como verdadeiras indústrias. Empresas que antes funcionavam com três ou quatro trabalhadores capazes e dispostos a fazer todo tipo de serviço foram recrutando mais e mais profissionais, distribuindo-os numa minuciosa divisão de trabalho de acordo com funções cada vez mais especializadas: edição e copidesque, leitura crítica, revisão, edição de arte, diagramação e paginação, ilustração, pesquisa iconográfica etc. Muitas dessas funções também passaram por especialização interna: a edição e o copidesque e sua equipe especializam-se por áreas (Estudos Sociais, Ciências etc.). Uma editora paulista chegou ao requinte de contar com um especialista em fotografia histórica, com nível de doutorado, para cuidar da pesquisa iconográfica dos livros didáticos de história.

As editoras, assim, diante das demandas do Estado, partiram para um agressivo processo de profissionalização tanto de suas estruturas administrativas, quanto daquelas responsáveis pela elaboração do próprio conteúdo da obra didática.

É importante perceber que, nesse processo, uma conseqüência foi a diversificação de obras didáticas, com a criação de produtos específicos para as escolas particulares, o Governo Federal, Governos Municipais ou Governos Estaduais.

Por fim, tornou-se indispensável, ao abordar as obras didáticas, percebê-las, a par de aspectos

[12] MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 274.
[13] Ibidem, p. 275.

ideológicos ou de conteúdo, como mercadorias que se modificam de acordo com as demandas dos compradores, que, no caso brasileiro, o principal vem a ser o Governo Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Câmara Brasileira do Livro. Diagnóstico do setor editorial brasileiro: pesquisa anual. 1990. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.

Câmara Brasileira do Livro. Diagnóstico do setor editorial brasileiro: pesquisa anual. 1996. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.

Câmara Brasileira do Livro. Produção e vendas do setor editorial brasileiro. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2003.

Câmara Brasileira do Livro. Produção e vendas do setor editorial brasileiro. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2003.

GATTI JÚNIOR, Décio. *A escrita escolar da História*: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: Edusc; Uberlândia: Edufu, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.